

POLÍTICAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO A PARTIR DAS REFORMAS CURRICULARES E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PEDAGÓGICO

POLÍTICAS EDUCATIVAS CONTEMPORÂNEAS PARA LA EDUCACIÓN BÁSICA: UN ESTUDIO DESDE LAS REFORMAS CURRICULARES Y SUS IMPLICACIONES EN LA FORMACIÓN Y EL TRABAJO PEDAGÓGICO

CONTEMPORARY EDUCATIONAL POLICIES FOR BASIC EDUCATION: A STUDY FROM CURRICULAR REFORMS AND THEIR IMPLICATIONS ON TRAINING AND PEDAGOGICAL WORK

Apresentação: Pôster

Clézia Aquino de Braga¹; Monik Helen Santos Rodrigues²; Nielson da Silva Bezerra³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho está conectado ao Projeto de Pesquisa denominado “Políticas Educacionais Contemporâneas para a Educação Básica: um estudo a partir das reformas curriculares e suas implicações na formação e no trabalho pedagógico”, cujo objeto de estudo consiste nas relações dos estagiários e professores com as trilhas do Novo Ensino Médio (NEM), os impactos do NEM no exercício docente e na formação do professor de geografia na educação básica. Com base no objeto de estudo, surgiu a pergunta de pesquisa: Quais são os impactos no exercício docente e na formação do professor de geografia na educação básica com a inserção do Novo Ensino Médio? A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando grupos focais e questionários para explorar as percepções de estagiários e docentes sobre as reformas e os desafios na disciplina de Geografia. O objetivo deste trabalho foi de levantar as compreensões de professores e estagiários nas escolas-campo de estágio sobre os impactos da reforma curricular do Novo Ensino Médio na organização do trabalho pedagógico na disciplina de Geografia, a partir dos conteúdos ministrados na unidade curricular “Trilhas”.

¹Docente/pesquisadora do Curso de Licenciatura em Geografia - IFPE, campus Recife; email: cleziadebraga@recife.ifpe.edu.br

²Estudante do Curso de Licenciatura em Geografia - IFPE, campus Recife; email: mhsr@discente.ifpe.edu.br

³Docente/pesquisador do Curso de Licenciatura em Geografia - IFPE, campus Recife; email: nielsonbezerra@recife.ifpe.edu.br

Dessa forma, os resultados obtidos nesta pesquisa revelam que a implementação do Novo Ensino Médio enfrenta críticas por fragilizar a educação pública, especialmente em contextos socioeconômicos vulneráveis. A resistência de professores e alunos reflete a falta de recursos e formação para enfrentar as mudanças, o que levanta questões sobre a capacidade da reforma de promover uma educação de qualidade. Portanto, este trabalho, com base nos dados coletados, visa aprofundar a compreensão dessas dificuldades e suas implicações para a prática pedagógica.

Palavras-chave: Percepções docentes; Reforma do Ensino Médio; Trilhas

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo integra o Projeto de Pesquisa intitulado “Políticas Educacionais Contemporâneas para a Educação Básica: um estudo sobre as reformas curriculares e suas consequências para a formação e o trabalho pedagógico”, cujo objetivo principal é examinar as políticas educacionais atuais aplicadas na educação básica, buscando compreender as transformações promovidas nos currículos e como estas influenciam a visão sobre a formação e o exercício pedagógico, conforme percebido por professores e estudantes de licenciatura.

No contexto da investigação, foi discutido sobre as reformas propostas para o Novo Ensino Médio, com especial atenção às “trilhas”, considerando suas implicações em escolas em tempo integral que compõem a rede pública de educação na Região Metropolitana do Recife (RMR).

O currículo educacional brasileiro tem passado por diversas mudanças ao longo dos anos, à medida que os responsáveis pela educação buscam romper com métodos de ensino ultrapassados, inadequados para a realidade atual do país. O Novo Ensino Médio surge como uma tentativa de aprimorar o sistema educacional brasileiro, propondo uma reestruturação significativa do currículo. No entanto, este novo modelo de ensino tem sido alvo de críticas, que apontam para possíveis comprometimentos na eficácia do projeto. Essas questões serão exploradas no decorrer deste trabalho.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada é de natureza qualitativa e foi estruturada em três fases principais. A primeira fase envolveu a revisão de literatura onde foram realizadas leituras e discussões detalhadas de textos, artigos acadêmicos e legislações, com foco específico nas propostas do Novo Ensino Médio (NEM) e sua aplicabilidade no currículo escolar de Pernambuco.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na realização de três grupos focais, fundamentais para a coleta de dados. O primeiro grupo focal foi conduzido com estudantes estagiários do curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Ciência e Educação de Pernambuco - Campus Recife. O segundo e o terceiro grupos focais foram realizados com professores das Escolas de Referência em Ensino Médio Silva Jardim, localizada no bairro do Monteiro, Recife e Simon Bolívar, situada no bairro do Curado II, Jaboatão dos Guararapes. Ao final, aplicou-se um questionário semiestruturado no *Google Forms* para aprofundar questões sobre a percepção de docentes e estagiários em relação ao NEM.

A terceira etapa consistiu na transcrição dos grupos focais, seguida pela análise das respostas fornecidas pelos participantes. As respostas obtidas foram codificadas para preservar o anonimato dos participantes: os estudantes estagiários foram identificados com a letra "E" seguida de um número em ordem crescente (por exemplo, E1, E2, E3, E4 e assim sucessivamente). Os professores receberam a letra "P" seguida de um número em ordem crescente (por exemplo, P1, P2, P3, P4, P5 e assim por diante).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a pesquisa, foi possível observar que tanto os estudantes estagiários quanto os professores compartilham opiniões bastante semelhantes sobre a reforma do Ensino Médio. Para muitos deles, essa mudança traz consigo uma consequência grave: o desmonte da educação pública brasileira. Nas vozes dos professores

O Novo Ensino Médio é um projeto de destruição da educação pública do país, né? Não dá para acreditar que alguém fez isso para dar certo. [...] é para desfazer a política afirmativa de ingresso nas universidades que foi feita por 14 anos, no governo do PT. Por 14 anos, olha a quantidade de Institutos Federais que abriu. Olha a quantidade de cotas que a gente abriu, que a gente conseguiu ganhar esse espaço de cota. Olha o Enem que unifica esse processo de entrada. E agora é isso, assim, é um “destrabalho”. É desfazer tudo que foi feito em prol de ampliar o acesso [sic]. – E1

O Novo Ensino Médio, para mim, é um projeto pensado, projetado, minimamente nos detalhes para exclusão. Ele foi plantado com o objetivo de excluir a periferia de ocupar os espaços que vinha ocupando com a democratização do ensino, com as cotas das universidades, com a inclusão da periferia nas universidades e nos espaços do conhecimento. Então, esse projeto está disfarçado. Ele foi pensado, inclusive sutilmente, para fazer esse efeito que está fazendo. – P3

É importante destacar que a reforma do Ensino Médio se insere em um contexto mais amplo de redução do papel do Estado na provisão de serviços públicos e na garantia de direitos sociais, alinhando-se ao modelo neoliberal. Essas medidas trazem consequências que podem ser preocupantes para o futuro dos cidadãos do país. Sobre este tema Silva e Ferreira (2022)

argumentam que:

A reforma atual se configura como uma visão minimalista de educação que se revela sobretudo nas definições desse itinerário que prevê uma formação profissional rasteira, capaz de preparar apenas para as atividades laborais simples, pois pressupõe uma formação desvinculada da escolarização e não prevê investimentos em educação profissional (SILVA e FERREIRA, 2022, p. 5).

A reforma atual se configura como uma visão minimalista de educação que se revela sobretudo nas definições desse itinerário que prevê uma formação profissional rasteira, capaz de preparar apenas para as atividades laborais simples, pois pressupõe uma formação desvinculada da escolarização e não prevê investimentos.

Segundo Teixeira e Ribeiro (2020), os proponentes do Novo Ensino Médio argumentam que a flexibilização curricular e a introdução de itinerários formativos, onde estão inseridas as trilhas e eletivas, permitem que os alunos tenham maior autonomia e possam escolher áreas de conhecimento de seu interesse, livrando-os de disciplinas que atraem pouco os jovens. Essa nova estrutura curricular visa promover um ensino mais dinâmico e adaptado às necessidades individuais dos estudantes, o que pode aumentar o engajamento e reduzir a evasão escolar.

Entretanto, os participantes dos grupos focais, tanto educadores quanto estudantes, expressaram que, embora a flexibilização curricular tenha a intenção de aumentar o engajamento dos alunos, na prática, muitos discentes demonstram desinteresse pelas disciplinas dos itinerários formativos e acreditam que a diminuição da carga horária das disciplinas de Formação Geral pode acarretar no aumento da desigualdade entre estudantes de escolas públicas e privadas, como observado nas respostas obtidas nos questionários (Figuras 1 e 2).



Figura 1 - Respostas obtidas no questionário dos estudantes estagiários



Figura 2 - Respostas obtidas no questionário dos professores

É importante destacar que, nas escolas públicas, os professores, muitas vezes sem atividades de formação continuada, são prejudicados por falta de investimentos, sobretudo no Novo Ensino Médio (NEM), com o surgimento de novas disciplinas que não fizeram parte do contexto dos cursos de licenciatura. Isso resulta em educadores despreparados para lidar com as novas disciplinas e itinerários, o que pode comprometer a qualidade do ensino e, conseqüentemente, o aprendizado dos alunos. Segundo Verdum (2013, p. 96), a formação de professores tem se mostrado frágil, não proporcionando a sustentação necessária para que os educadores enfrentem a realidade da escola e da sala de aula.

Essa afirmação é corroborada pelas opiniões expressas nos grupos focais e pelos resultados obtidos no questionário respondido pelos docentes (figura 3), onde 58,3% dos professores se queixaram da falta de oferta de cursos de formação continuada que abranjam as novas disciplinas introduzidas pelos itinerários formativos.

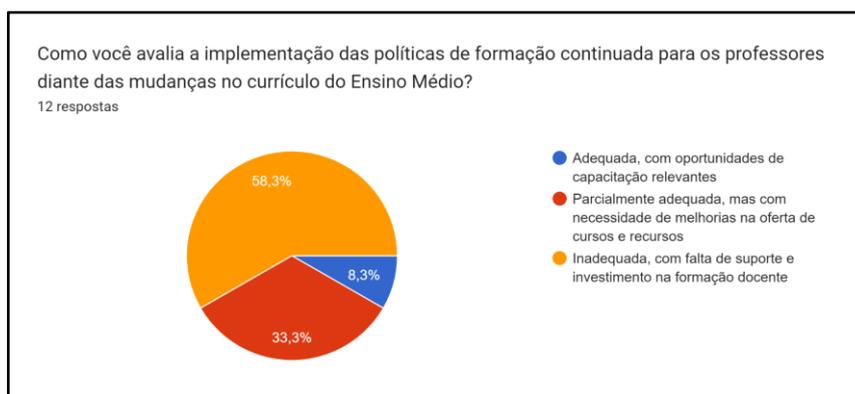


Figura 3 - Respostas obtidas no questionário dos professores

Diante do que foi exposto, é evidente a necessidade urgente de revisar a implementação do Novo Ensino Médio. A falta de diálogo com a comunidade escolar na criação dessa reformulação é clara, pois mudanças que parecem funcionar bem na teoria enfrentam desafios significativos na prática, no chão da sala de aula. O Novo Ensino Médio não pode ser algo imposto; é fundamental envolver professores, alunos e pais no processo, escutando suas

percepções e necessidades para que as mudanças promovam um ambiente de aprendizado mais motivador e eficaz para todos.

CONCLUSÕES

A pesquisa revelou que, apesar de a reforma do Ensino Médio ter como objetivo tornar a educação mais flexível e atrativa para os jovens, sua implementação trouxe uma série de desafios que afetam diretamente a qualidade e a igualdade na educação pública. Professores e estagiários demonstraram preocupação com a desestruturação que essa reforma pode estar causando, pois a flexibilização curricular e os itinerários formativos, embora promovam uma autonomia teórica para os alunos, resultaram em desinteresse dos estudantes e uma carga extra para os professores, que frequentemente se veem sem os recursos e a formação adequados para atender a essas novas demandas.

Além disso, a redução da carga horária de disciplinas da Formação Geral Básica levanta dúvidas sobre o impacto na formação crítica dos alunos, essencial tanto para o ensino superior quanto para o mercado de trabalho. Com isso, o Novo Ensino Médio parece favorecer um sistema alinhado a interesses do mercado, promovendo uma formação mais técnica e menos crítica. Esse cenário enfatiza a necessidade urgente de revisar as estratégias de implementação da reforma para garantir que a educação não perca seu papel fundamental de desenvolver cidadãos críticos e preparados para os desafios da sociedade.

REFERÊNCIAS

SILVA, J. S. B.; FERREIRA, M. A. S.; **Estado do conhecimento da reforma do Ensino Médio, Lei 13.415/2017**. Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica, [S.l.], v. 2, n. 22, p. 1-18, e13966, Set. 2022. ISSN 2447-1801.

TEIXEIRA, Cristina Bárbara Martins; RIBEIRO, Elisa Antônia . **A Base Nacional Comum Curricular e a Lei nº 13.415/2017: uma pretensa descurricularização**. RPD, Uberaba-MG, v.20, n.45, p.01-10, set./dez. 2020, ISSN 1519-0919.

VERDUM, Priscila. **Prática Pedagógica: o que é? O que envolve?**. Revista Educação por Escrito – PUCRS, v.4, n.1, jul. 2013.

